

Por Lígia Formenti

Ricardo Barros vem repetindo a máxima de 'quantos mais, melhor', mas diz que não cabe à pasta; professora questiona declaração

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse que não irá controlar a qualidade dos serviços de planos de saúde ofertados para os usuários. “Ninguém é obrigado a contratar plano. Não cabe ao ministério controlar isso”, afirmou ao Estado. Embora não esteja preocupado com a qualidade, Barros já avisou que quer quantidade. Nos últimos dias ele vem repetindo a máxima de que, “quantos mais planos, melhor.” No raciocínio do ministro, engenheiro e deputado federal licenciado, quanto mais pessoas estiverem na saúde suplementar, mais recursos sobram para custear o Sistema Único de Saúde.

“Ninguém afirmou que a saúde tem de ser bancada apenas pelo governo. Quanto mais recursos destinados para a área, melhor para o SUS”, disse. Para ele, o maior problema no setor de saúde suplementar é a judicialização, a onda de ações judiciais movidas por consumidores que exigem de planos a prestação de serviços que as empresas muitas vezes se recusam a oferecer. O problema, avalia, é reflexo da lentidão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em regulamentar o setor. “Ela é encarregada de equilibrar a relação entre governo, o consumidor e as empresas. Ela tem de fazer o equilíbrio entre as partes.”

Para a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lígia Bahia, as declarações mostram um desconhecimento do setor e uma mentalidade atrasada. “A impressão é de que o ministro está no século 18, quando o atendimento da saúde era pontual. No século seguinte, já se falava em saúde universal”, completou.

Lígia observa que o fato de muitas pessoas terem planos de saúde não significa, necessariamente, que o SUS será menos procurado ou que a pressão sobre os custos serão menores. “O que ele não se lembra é que mesmo pessoas com planos recorrem ao SUS, sobretudo quando se tratam de procedimentos de alto custo”, completa. “Os planos vendem uma assistência, oferecem outra menor e a população acaba recorrendo ao serviço público, disse.

A professora acrescenta que em períodos de recessão, operadoras tendem a oferecer planos mais baratos, com cobertura ainda mais reduzida. “Ao defender a expansão da saúde suplementar, o ministro está lavando as mãos. Mas a estratégia está errada, porque boa parte desse grupo vai pagar o plano, não ter assistência e, de novo, buscar o SUS”, completou.

Fonte: [O Estado de S. Paulo](#), em 18.05.2016.